

DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS A PROJETOS DE VIDA COMUNITÁRIOS: CASO DO PA NOVO CAMPO

(1) Jaqueline de Araújo Oliveira; (2) Ana Paula Silva Santos; (3) José de Souza Silva

(1) Instituto Nacional do Semiárido (INSA), jaquelineoliveira2@gmail.com; (2) Instituto Nacional do Semiárido (INSA), ppaulassana@gmail.com; (3) Embrapa Algodão, josedesouzasilva@gmail.com

Resumo: No Brasil, um assentamento é um processo emergente de uma dinâmica social e política que não cessa com sua legalização. Um assentamento da reforma agrária resulta de um processo associativo de luta pelo acesso à terra. Porém, uma vez estabelecido, o trabalho coletivo arrefece, como se o acesso à terra fosse o fim último já alcançado. Por que isso ocorre na maioria dos assentamentos da reforma agrária? Este artigo propõe um *enfoque contextual, interativo e ético* para orientar a organização política e a gestão social de assentamentos na superação dessa dificuldade. Estudou-se a gênese social do problema e suas implicações organizativas no Assentamento Novo Campo, Município de Barra de São Miguel - PB. A metodologia incluiu pesquisa documental, revisão da literatura sobre assentamentos da reforma agrária e sua organização política e gestão social e entrevistas em profundidade com dezoito famílias. O estudo confirma que um grupo de famílias assentadas não constitui uma comunidade, fundar associações não garante práticas solidárias e documentos, como *Aptidão Agrícola*, não dão sentido à vida comunitária. Concluímos que, depois do acesso à terra, como meio, antes de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento, as famílias necessitam emocionar-se construindo um Projeto de Vida Comunitário, como fim. Nesse, a solidariedade e o trabalho associativo são constitutivos da dinâmica do modo de vida coletivo, pela interdependência entre as famílias para influenciar aspectos do futuro comum que lhes interessa. Desde o início, as famílias estariam envolvidas na construção coletiva de uma comunidade feliz com um modo de vida sustentável.

Palavras-Chave: Assentamento, organização social, trabalho coletivo, projeto de vida comunitário, modos de vida sustentáveis.

Introdução

Hoje, no Brasil, reforma agrária é sinônimo de assentamento. Portanto, para compreender o estado atual e possibilidades futuras da reforma agrária, é imprescindível interpretar o desempenho dos assentamentos estabelecidos nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI. Porém, como a realidade agrária brasileira não é homogênea, o desempenho dos assentamentos varia com a complexidade, diversidade e diferenças dentro e entre as regiões do país. O desempenho insatisfatório de muitos assentamentos é condicionado por vários fatores, entre eles, a dificuldade do trabalho coletivo depois que o assentamento é estabelecido. Isso apesar de ter sido uma ação coletiva que viabilizou o acesso das famílias assentadas à terra que antes reivindicavam e cujo acesso só foi possível porque lutaram coletivamente por esse direito. Nenhuma família individualmente seria capaz de conquistar um assentamento.

Os “assentamentos da reforma agrária” emergiram como parte de uma política compensatória cujo objetivo é reduzir o potencial de convulsões sociais no território nacional para, assim, manejar a ordem social de tal forma a permitir a coexistência – *não a convivência* – dos que têm com os que não têm terra no país.

A política de assentamentos no Brasil através do Programa Nacional da Reforma Agrária apresenta fragilidades em diversos aspectos, conforme aponta Mattei (2012): atende as áreas de maiores conflitos; a política agrícola não favorece efetivamente aos camponeses assentados; os assentamentos são criados em áreas desfavoráveis, e; mecanismos de compra que favorecem a movimentos especulativos. Todas essas questões carecem de análises e aprofundamentos, os quais não nos reteremos neste.

Todo assentamento resulta de um processo associativo de luta pelo acesso à terra. Porém, uma vez estabelecido o “assentamento da reforma agrária”, o trabalho associativo arrefece, como se o acesso à terra fosse o fim último, já alcançado, e não um meio para viabilizar a construção de uma comunidade feliz com um modo de vida sustentável. Por que isso acontece na maioria dos “assentamentos da reforma agrária”?

Nossa experiência de cerca de seis anos atuando em Programas de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) nos permitiu identificar que as famílias dos assentamentos experimentam diferentes graus de dificuldade para o trabalho associativo, colaborativo, solidário. Durante nosso Tempo Comunidade (ou estágio de vivência) essas dificuldades ficaram evidentes gerando preocupação quanto ao futuro dessas famílias em seus respectivos assentamentos. Por que, na maioria dos casos, o grupo de famílias assentadas não trabalha de forma associativa depois que

conquista seu acesso à terra? Que objetivo comum relevante, posterior ao acesso à terra, tornaria relevante o esforço coletivo do grupo de famílias? Para responder a estas e outras perguntas afins, nossa investigação examinou a gênese social e as implicações organizativas deste fator no Semiárido Brasileiro, através do estudo de caso do Assentamento Novo Campo no Município de Barra de São Miguel localizado na região do Cariri do estado da Paraíba.

Por si só, a fundação de uma associação não garante o cultivo de práticas solidárias nem a discussão coletiva das questões e problemas comuns. Então, faz-se necessário identificar e compreender os motivos que levam à mobilização inicial das famílias para seu acesso à terra e sua desmobilização posterior para a organização e gestão coletiva da vida comunitária.

Em seu objetivo geral, a investigação propõe um *enfoque contextual, interativo e ético* para inspirar e orientar a organização política e a gestão social em assentamentos da reforma agrária no Semiárido Brasileiro, a partir do estudo de caso do PA Novo Campo.

Marcos interpretativo e metodológico da investigação

Com essa finalidade, a investigação articulou três perguntas de pesquisa: (1) por que as famílias de um assentamento se unem para viabilizar seu acesso à terra, mas, depois da conquista, não cultivam o trabalho associativo no cotidiano das atividades comunitárias, (2) por que os Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs) não conseguem mobilizar efetivamente o grupo de famílias assentadas através do trabalho associativo, e (3) que fatores poderiam encantar e convencer um grupo de famílias assentadas a unir-se de forma associativa para desenvolver atividades que interessam a todos, mas que está além da possibilidade de qualquer família desenvolver sozinha? Para iluminar seus primeiros passos, a investigação antecipou algumas hipóteses exploratórias em sua busca por respostas para essas perguntas de pesquisa, entre elas: (a) se o ser humano busca sentido para sua existência, os PDAs não conseguem dar sentido à vida comunitária do grupo de famílias assentadas cujas aspirações não se reduzem apenas à produção dos meios materiais de sua existência; (b) a formação de associações para acessar os créditos do INCRA e outros tipos de crédito, é necessária, mas não é suficiente para criar espíritos solidários comprometidos com o trabalho associativo imprescindível para a construção de comunidades felizes com modos de vida sustentáveis; (c) a crença de que o acesso à terra é o fim último de sua luta política, o grupo de famílias assentadas se desmobiliza depois da conquista desse direito, em vez de continuar unido na luta pela vida, que, no caso de assentamentos, só pode ser realizada na vida comunitária; e, (d) um grupo de famílias assentadas ainda não constitui uma comunidade, necessitando de um fim comum

de longo prazo que revele razões relevantes para realizar atividades associativas no processo de constituir-se em uma comunidade, na qual a consciência da interdependência entre todas as famílias justificaria a incorporação da solidariedade como parte constitutiva de seu modo de vida.

A teoria da ‘educação contextualizada’ para a convivência com o Semiárido, construída pela Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), foi o marco conceitual selecionado para orientar nossa investigação. Em sua crítica à descontextualização histórica da educação, essa teoria oferece elementos de referência para compreender a descontextualização do processo de inovação e, portanto, do processo de organização política e gestão social de assentamentos da reforma agrária no Semiárido Brasileiro.

Em um esforço de pesquisa-ação, metodologicamente, seguindo a Gil (1991), a investigação realizou uma triangulação da informação para aumentar o grau de confiança em seus resultados, interpretação e conclusões, através de (a) pesquisa documental, (b) revisão da literatura sobre assentamentos da reforma agrária e sobre sua organização política e gestão social e (c) entrevistas em profundidade (semiestruturadas) com dezoito (18) das vinte e três (23) famílias assentadas no Projeto de Assentamento Novo Campo, além de técnicos que assessoraram esse assentamento.

O estudo foi realizado durante o Tempo Comunidade no Assentamento Novo Campo no Município de Barra de São Miguel – PB, que por sua vez teve início ao final do mês de agosto de 2013. Foram realizadas visitas regulares ao Assentamento, visitas às famílias e houve nossa participação nas assembleias da associação. Nessas assembleias podemos observar de forma direta o modo de organização das famílias.

Na pesquisa documental da história do assentamento e da associação, analisaram-se os livros de ata e o estatuto social que rege esta associação. Paralelamente foi realizada a pesquisa bibliográfica, buscando explorar lições a partir de experiências/vivências de outros assentamentos. O estudo desse assentamento traçou o perfil das famílias e dos profissionais que assessoram as famílias do Assentamento Novo Campo. Os profissionais atuantes neste assentamento, aqui consideramos 2 técnicos de ATES, 1 servidor do INCRA e 1 agente da Comissão Pastoral da Terra, todos têm formação de nível superior na área social e das ciências agrárias, sendo 2 desses, responsáveis diretos pelo assessoramento direto as famílias no que diz respeito as ações sociais e produtivas. Foram entrevistadas 18 pessoas de 18 famílias, sendo 9 mulheres e 9 homens, do total das 23 famílias assentadas, destas apenas um não é associado. As entrevistas ocorreram nos meses de maio e junho de 2015. Nestas procurou-se identificar os limites para os trabalhos coletivos no

assentamento. Foi entrevistado também um técnico de ATES responsável pela assessoria as famílias assentadas em Novo Campo.

Assentamento ou comunidade? O longo caminho da transformação

A priori, no Brasil, nenhum assentamento estabelecido nas últimas décadas é uma comunidade. Principalmente de forma inconsciente, todos ainda estão trilhando o longo e difícil caminho para constituir-se em uma comunidade; nesse caminho, o trabalho associativo é imprescindível, mas raramente é cultivado de forma deliberada como parte constitutiva do que virá a ser o modo de vida comunitário.

Esse é o caso do Assentamento Novo Campo. O estudo identifica inclusive a confusão entre meios e fins como uma das principais fontes da dificuldade do trabalho coletivo nos assentamentos da reforma agrária depois da conquista da terra. Como o acesso à terra está sendo abordado e promovido como o fim da luta dos movimentos sociais, para viabilizar esse direito, e não como o meio mais importante para a construção de um projeto de vida comunitário de longo prazo, as famílias assentadas não encontram sentido no trabalho coletivo, no esforço associativo, nos processos participativos, porque, como disseram todas as famílias entrevistadas, com palavras diferentes: depois de conseguir (coletivamente) terra e moradia (meios), cada um passa a cuidar do que é seu.

Porém, o mais preocupante é que o estudo identificou que os técnicos que prestam assistência técnica às famílias assentadas também confundem meios com fins e pensam que a principal fonte de dificuldade para o trabalho associativo nos assentamentos vem do analfabetismo / semi-analfabetismo da maioria, como se não houvesse dificuldade para o trabalho colaborativo inclusive entre eles, independente do seu grau de educação. Isso é o que se pode deduzir dos resultados da investigação no Assentamento Novo Campo.

O assentamento dispõe do documento Aptidão Agrícola – AA. Trata-se de um material técnico descritivo de avaliação da aptidão agrícola das terras, tem como principal finalidade descrever a aptidão do solo, no intuito de influir na exploração racional da área do PA Novo Campo, permitindo aos assentados o acesso a créditos, pois o financiamento de projetos só é realizado a partir do zoneamento no qual está inserido o assentamento.

A Associação do Assentamento Novo Campo (ASENOCA) foi fundada em 06 de outubro de 2006 paralela a emissão de posse da terra. A associação dispõe de livro de atas das reuniões ordinárias de assembléia geral, livro de atas de reuniões de diretoria na qual lavram suas decisões e

livro de registro de presença dos sócios. Há também um livro caixa no qual é registrada a movimentação financeira da associação. As assembleias da associação ocorre aos primeiros sábados de cada mês, onde ocorre a prestação de contas. No entanto, a diretoria raras vezes se reúne. A Associação do Assentamento se encontra devidamente legalizada junto aos órgãos jurídicos e fiscais, dispõe de assessoria contábil e de Estatuto registrado em cartório. A documentação se encontra devidamente organizada viabilizando o acesso a projetos. *“A associação de lá funciona redondinho no sentido de organização, da documentação, das atas, do caixa. É o assentamento mais organizado que eu conheço, são bem esclarecidos nesse sentido do funcionamento da associação.”* (Técnico de ATES).

É importante perceber que o técnico está satisfeito com o funcionamento institucional-legal da associação (meio), sem expressar preocupação com sua dinâmica social e política que depende do trabalho associativo, solidário, enfim, comunitário, que só teria sentido para o grupo de famílias se esse tivesse imaginado e negociado para construir um projeto de vida comunitário de longo prazo.

Todas as pessoas do assentamento são de origem rural, de comunidades camponesas da região. Declararam viver sua infância no campo, assim como também todos são filhos e filhas de agricultores que trabalhavam em terras de terceiros praticando atividades agrícolas nas fazendas da região, conforme a época do ano os serviços sazonais (colheita de algodão, destoca, produção de carvão, manejo de animais). Mas, todas declararam nunca haver participado de associação antes do processo de luta pela terra, sendo no assentamento a primeira experiência construída através da mobilização social para o acesso à terra (meio). Apenas 7 pessoas não participaram do processo de luta pela terra.

O perfil do grupo de famílias assentadas apresenta semelhanças significativas entre elas, pois todas têm origem na mesma região. Mas, o grupo não tem uma história social como comunidade. As histórias de vida de cada família revelam condições sociais frágeis, como a falta de moradia e dos meios de sobrevivência, como a terra, mas não revela o sentido de pertencimento territorial (histórico, social, econômico, cultural, político, institucional) comum entre elas.

Também, em comum, a maioria sabe ler e escrever, mas seu nível de escolaridade se resume à alfabetização; apenas uma pessoa está cursando o nível superior. Todas as famílias relataram satisfação pela conquista da terra, algumas inclusive destacando o fato de antes de ser beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária, não ter onde morar e nem onde trabalhar. Trabalhavam

em terras de terceiros, submetiam-se a plantar nas terras de fazendeiros, alguns na antiga fazenda Campo de Almas, onde agora são assentados.

“Sou muito satisfeita! Graças a Deus por essa terra! Plantar na terra dos outros é muito ruim, tem que tirar os legumes antes do tempo”, revela uma das assentadas, que discorre com alegria sobre seu grau de satisfação no assentamento, porque, para ela, a conquista da terra significa melhorar a qualidade de vida, plantar e colher integralmente os frutos do seu trabalho, sem ter que abortar suas atividades por que o proprietário da terra determinou.

Como ela, com exceção de dois, os demais entrevistados declaram-se satisfeitos por disporem de terra e da moradia, mas todos reconhecem que o trabalho associativo já não os encanta, já não lhes parece imprescindível, porque seu objetivo único já foi alcançado, o acesso à terra (meio). É importante perceber que a entrevistada citada não agradece sua terra e moradia ao esforço coletivo, mas a Deus, revelando a persistência de premissas religiosas, na formação do imaginário social, na explicação do que é a realidade e como essa funciona. Como a entrevistada acredita que devemos tudo a Deus, inclusive, o acesso à terra, esqueceu ou não percebeu a contribuição da participação na organização política da luta dos sem terra. Essas pessoas não se perguntam por que Deus ainda não “deu” terra aos milhões dos sem terra no Brasil, o país com a mais desigual distribuição de terras no Planeta.

Chama atenção o fato de que, durante a realização da oficina para a construção do histórico do assentamento, as famílias lembraram que, antes de conquistarem a posse da terra, as reuniões eram amplamente participativas, que realizaram diversas atividades coletivamente. No entanto, agora, relatam que o trabalho associativo é difícil e enfatizam a falta de interesse das famílias em participar das assembleias e das atividades coletivas. Esses relatos se assemelham ao descrito em outros estudos sobre o arrefecimento do trabalho coletivo pós conquista da terra. De acordo com (Lazarreti, 2000) a trajetória histórico social do grupo traz consigo a experiência do trabalho assalariado, mas não do trabalho coletivo. No caso estudado não é diferente.

Entendem que há muitas tarefas comuns, como construção e concerto de cercas, revitalização de currais e galpões, limpeza de barreiros e tanques e até o manejo dos roçados, cujo desempenho depende da ação conjunta, mas declaram sua dificuldade de participação nessas tarefas. Afirmam que cada um quer cuidar do que é seu, individualmente. O projeto individual de cada família é perceptível, mas um projeto comunitário não aparece como um fim relevante.

Quando se perguntou sobre o que fazer para reencantar o trabalho associativo, as pessoas demoravam muito a responder, pensando, parecendo ser surpreendidos com a pergunta. Inclusive,

algumas vezes, alguns dos entrevistados até brincaram para responder “*é só dizer que tem um saco de dinheiro que às 7 horas da manhã está todo mundo aqui, num tem dificuldade nenhuma*”.

Outros deram ideias de realizar sorteios de brindes como prêmio pela participação, houve também a proposta de punição pela ausência nas assembleias. A maioria das respostas sugere que deve haver sempre uma recompensa imediata, de ordem material, para os participantes. Em síntese, uma vez conquistada a terra, de forma coletiva, não existe nenhum desafio comum novo que dê sentido ao trabalho coletivo que seria crítico para seu manejo e realização.

Na verdade, a maioria absoluta vê sua associação como o único meio de acessar os benefícios das políticas e projetos públicos. Então, sua participação se reduz a um ritual mecânico conveniente para seu benefício, porque a participação é uma condição imposta para esse fim.

Para muitos assentados, as funções da associação, fora a de facilitar o acesso a benefícios, como o crédito, são cuidar dos doentes, conhecer as demandas atuais de cada família e ajudar os que ainda não têm renda. Nenhum dos entrevistados se referiu à função de facilitação de um processo coletivo no qual as famílias imaginam e negociam o futuro da ‘comunidade’, para construir coletivamente esse futuro imaginado e negociado; também ninguém se refere às potencialidades existentes em seu próprio território para construir parte do futuro dessa comunidade imaginada.

A maioria percebe a fundação de uma associação apenas como um pré-requisito imposto para garantir o repasse dos créditos do INCRA e o acesso aos benefícios de outras políticas públicas. Nenhuma das famílias entrevistadas traz consigo experiências/vivências de associação ou trabalho associativo organizado antes de unir-se à luta pela terra.

E a única experiência associativa para o acesso à terra acaba com a conquista desse objetivo; as famílias não percebem a necessidade do trabalho associativo posterior à conquista da terra. Os relatos mostram que essas famílias tiveram capacitações sobre organização política e gestão social ainda no processo de luta pela terra, além de serem assessoradas por equipes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e receberem serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES). Porém, como não têm um projeto de vida comunitário para constituir-se em uma comunidade feliz com um modo de vida sustentável, não cultivam associativas lições compartilhadas nas referidas capacitações.

É possível, então, que ditas capacitações necessitam ser revistas tanto em seu conteúdo programático quanto em sua dimensão pedagógica e principalmente nos seus fins.

O estudo não revela uma preocupação multidimensional com o futuro das famílias assentadas, só com a dimensão produtiva de seu tempo presente. Por exemplo, no caso estudado, o

assentamento não dispõe de uma carta de navegação rumo a um futuro imaginado e negociado, nem sequer o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); foi encontrado apenas um documento sobre a Aptidão Agrícola do assentamento, que nem sequer era do conhecimento das famílias entrevistadas, porque é concebido apenas como uma peça de análise do INCRA e das Agências financiadoras. O documento da Aptidão Agrícola do assentamento é de caráter exclusivamente técnico, não foi elaborado nem interpretado com a participação das famílias assentadas e, por isso, não dialoga com o contexto de outras potencialidades, além das naturais (históricas, culturais, social, econômicas, institucionais) das famílias, muito menos com suas aspirações comuns futuras.

Sem valor coletivo agregado, o referido documento não consegue ser relevante para o futuro das famílias assentadas, desde a perspectiva delas, que nem sequer o conheciam, porque não foi concebido com elas e para elas. Conhecer a aptidão de cultivares a determinado solo é importante para melhorar a qualidade e quantidade da produção. Mas, para ser relevante para o futuro comunitário das famílias assentadas, o referido documento necessitaria ser concebido em diálogo com as famílias cujo modo de vida, para ser sustentável, necessita de mais que análise de solo feita em laboratório. O ‘bem viver’ comunitário futuro depende do entendimento presente das micro relações, significados e práticas entre todas as formas de vida, humanas e não humanas, dentro de um assentamento.

Contextualizar e articular a vida, as histórias, as potencialidades locais, em diálogo com as famílias assentadas, os principais sujeitos desse processo: “...não é isolar; é ampliar, é expandir. É tecer redes de saberes que se vinculam literalmente as nossas condições particulares de vida, sem, no entanto, se encerrar nelas” (MARTINS, 2006, p. 63). Ou seja, o documento de Aptidão Agrícola, na forma como é concebido e manejado ignora a relevância do contexto, da interação e da ética no processo de transformação dos assentamentos em comunidades felizes com modos de vida sustentáveis.

Também, conforme o estudo, não há surpresa na dificuldade que a equipe técnica encontra para mobilizar as famílias assentadas para realizar atividades coletivas, já que eles não compreendem a causa dessa dificuldade.

Como o primeiro passo para a superação de um problema complexo é compreendê-lo, as equipes técnicas não conseguem imaginar estratégias de mobilização social para superar a referida dificuldade. Na percepção de um técnico entrevistado a dificuldade do trabalho coletivo se deve ao fato da baixa escolarização das famílias e que convencê-los não é uma tarefa fácil. “*Tem que haver a conscientização, você tem que convencê-los, né? Que a proposta é viável, por que é assim, o*

agricultor por ter um nível de escolaridade, na sua maioria são analfabetos ou alfabetizados ..., são pessoas difíceis de convencer, mudar o pensamento deles é difícil... é mais a questão de convencimento, não adianta você chegar e querer impor, você tem que respeitar a cultura deles.....a questão que eu acho mais difícil é a questão de escolaridade. São difíceis de ser convencidos ou de que aquela capacitação através do convencimento, eles pondo em prática eles vão poder melhorar.”

Isso significa que o técnico pode estar preparado para mudar “coisas” na realidade do assentamento, mas, absolutamente, não está preparado para mudar as ‘pessoas’ que mudam as coisas, até porque não foram, eles próprios, capacitados para isso. Esse técnico citado não consegue entender por que suas estratégias argumentativas não são suficientes para “convencer” as famílias para incorporar o trabalho associativo ao seu modo de vida comunitário, porque essas tampouco olham a si mesmas como um grupo em processo de constituir-se em uma comunidade cujo futuro depende do trabalho coletivo delas.

Considerações Finais

A conclusão do estudo foi melhor sintetizada por uma mulher entrevistada: “*Um assentamento deveria ser uma comunidade, mas aqui ainda não é*”. Apesar das histórias de vida das famílias entrevistadas apresentarem semelhanças, o que mais as diferencia é a ausência de experiências (organizativas, associativas) comunitárias antes do processo de acesso à terra. Portanto, para o futuro da luta pela terra, um assentamento deve ser visto como um passo imprescindível no caminho da construção de um modo de vida comunitário. A terra é o meio mais importante, mas nunca um fim em si mesmo. Na ausência de um objetivo comum, significativo e de longo prazo, que as mobilizem posteriormente, como um Projeto de Vida Comunitário, as famílias assentadas não encontram sentido na realização de trabalho coletivo. Para as famílias entrevistadas, o fim já foi alcançado: a terra foi conquistada, a moradia é uma realidade e os créditos foram acessados. Sentem-se “independentes”. Quando cada família passa a “cuidar do que é seu”, como disse uma entrevistada, o trabalho associativo perde seu sentido.

Para piorar o estado precário do trabalho associativo, os novos documentos, como Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA, e Aptidões Agrícolas – AA, são concebidos sem a participação ativa do grupo das famílias assentadas. Esses documentos não têm **valor coletivo agregado**. Um comportamento comunitário emerge de processos interativos que geram uma nova compreensão e um novo compromisso coletivos. Isso só é possível se as famílias assentadas se

emocionam, se apaixonam e se comprometem com algo que tem sentido para todas elas, como um Projeto de Vida Comunitário.

A literatura sugere que esse re-encantamento das famílias assentadas com a vida comunitária não ocorrerá onde prevaleça o paradigma ocidental de desenvolvimento. Esse paradigma é a causa profunda do desencantamento da humanidade. Segundo SILVA (2013), é imprescindível descolonizar a ideia de desenvolvimento para re-encantar o mundo. Porém, são as premissas desse paradigma, incorporadas no conceito de desenvolvimento rural sustentado, que inspiram a concepção dos documentos dos assentamentos da reforma agrária, cujos estatutos sociais não favorecem as ações coletivas. A construção da vida comunitária não inicia com a simples posse da terra.

Referências Bibliográficas

APTIDÃO AGRÍCOLA PA. NOVO CAMPO. COONAP/INCRA/SR18. 2011.

AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO. *Sumak Kawsay*: Recuperar el sentido de la vida. Agencia Latinoamericana de Información, n. 452, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins deNS DE. **A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo**. Curitiba, 2014. 12 p.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da “convivência com o semiárido” e a construção de uma nova territorialidade, pp.17-34. In. Educação para a convivência com o semiárido: reflexões teórico-práticas. Juazeiro – BA, 2006. 156p.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVO CAMPO. Barra de São Miguel, 2007.

GRUPO PERMANENTE SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al Capitalismo / Colonialismo del Siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg / Editorial Abya Yala, 2013. 524 p.

MALAGODI, Edgar; ARAÚJO, Priscila de Lima. **A Organização da Produção e os Desafios do Desenvolvimento Rural nas Áreas de Assentamento de Reforma Agrária**, II Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional, UNISC, Santa Cruz do Sul, RS 2004. 15 p.

MATTEI, Lauro Francisco. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país**. Estudos Sociais e Agricultura, Rio de Janeiro, RJ, Vol. 20, nº 1, 2012. 301-325.

MARTINS, Josemar da Silva. **Educação contextualizada: da teoria à prática**, pp. 45-65. In. Edmerson dos Santos Reis e Lusineide Dourado Carvalho (Orgs). Educação Contextualizada: Fundamentos e Práticas. Juazeiro – BA, 2011. 197 p.

MORAES, Ênio G. de; CURADO, Fernando Fleury. **Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS** EMBRAPA PANTANAL, IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, Corumbá, MS, 2004. 4 p.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; NETO, Genaro Leno. **Organização interna dos Assentamentos Rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. UFPB, (2000)

OLIVEIRA, Fernando Garcia de. **Anotações sobre Assentamentos de Reforma Agrária na Paraíba**. Reforme Agraire: Etude de Cas au Nord-Est du Brésil, apresentada a Universite de Paris X Natterre, França, 2002. 41 p.

Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Relatório: Rel_rb_PNRA Data de emissão: 12/05/2014.

SABOURIN, Eric; SILVEIRA, Luciano Marçal, SIDERSKY, Pablo. **Aprendizagem e Ação Coletiva: Os Grupos de Agricultores Experimentadores no Agreste da Paraíba**. Comunicação no IFSA Santiago do Chile 2000 e na SBSP 2001. 16 p.

SACHS, W. (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000. 398 p.

SILVA, J. **O dia depois do desenvolvimento: Giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n. 2, p. 401-420, maio/ago., 2014a.

SILVA, J. **O poder da ciência, a ciência do poder e o futuro da questão alimentar**, ABRA – Reforma Agrária, v. 35, n. 1, 2014b, p. 79-101, maio/outubro.

SILVA, J. **Agroecologia: Uma ciência para a vida e não para o desenvolvimento**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.31, n. 1, p. 163-168, jan/abr. 2014c.

SILVA, J. **La pedagogia de la felicidad en una educación para la vida. El paradigma del ‘buen vivir’/‘vivir bien’ y la construcción del ‘día después del desarrollo’**. In: Catherine Walsh (Ed.) Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Abya Yala, 2013. 553 p.

SILVA, J. **Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária: contexto, interação e ética para a inclusão social**, pp. 329-386. In: Ivan Sérgio Freire de Sousa e José Renato Figueira Cabral (Orgs.) Ciência como Instrumento de Inclusão Social. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 386 p.

TONIASSO, Hélia Rosani *et. al.* **Agricultura Familiar e Associativismo Rural – O Caso Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e a sua Sustentabilidade**. Informe GREPEC Vol.12, nº 2, jul/dez. 2007. 10 p.

